

Receita de empresas do RS na bolsa cai 17% no 2º trimestre

FERNANDO SOARES

fernando.soares@zerohora.com.br

Os balanços financeiros do segundo trimestre deste ano, divulgados nas últimas semanas, deixaram evidentes os estragos causados pela pandemia nas contas das principais empresas gaúchas de capital aberto. De abril a junho, as 15 maiores companhias do Rio Grande do Sul com ações negociadas na bolsa de valores de São Paulo, a B3, apuraram receita líquida de R\$ 17,45 bilhões. O resultado é 17% menor em relação a igual período de 2019, o equivalente a recuo de R\$ 3,58 bilhões no faturamento.

O fechamento do comércio e a implementação de medidas restritivas à circulação de pessoas em diversos Estados, para conter o avanço da covid-19, levaram à queda na demanda e na produção. E derrubaram as vendas da maioria das empresas gaúchas. Nove das 15 companhias tiveram receita líquida menor no período analisado.

Em geral, os balanços mostraram o impacto do coronavírus sobre a atividade econômica. A maioria das empresas teve em abril o pior mês e começou a ter melhora em maio e junho. Possivelmente, o segundo trimestre será o de pior desempenho neste ano – avalia Carlos Müller, analista-chefe da Geral Asset.

Entre as gaúchas, o tombo mais expressivo na receita foi o da Lojas Renner. De abril a junho, o faturamento foi de R\$ 808,5 milhões, retração de 64,7% frente a igual período de 2019. Isso significa recuo de R\$ 1,48 bilhão na arrecadação. Mesmo assim, a companhia teve lucro líquido de R\$ 818,8 milhões, alta de 254,6%. E só ocorreu por causa do reconhecimento de um crédito tributário de R\$ 1 bilhão, após julgamento favorável à não incidência de PIS-Cofins sobre o ICMS dos produtos. Sem essa decisão, a varejista amargaria prejuízo de R\$ 228 milhões.

Proporcionalmente, no entanto, a Grendene sofreu o maior impacto. A fabricante de calçados viu a receita recuar 85,8%, alcançando R\$ 56,7 milhões, e ficou com prejuízo de R\$ 44 milhões. A empresa chegou a dar férias coletivas e reduziu a jornada em suas unidades, levando a produção a despençar. Com o comércio fechado em diversas cidades do país, as vendas foram diretamente afetadas.

O setor automotivo foi outro fortemente impactado. Marcopolo e as Empresas Randon, de Caxias do Sul, viram a receita encolher ao redor de 30%. As fábricas chegaram a paralisar as atividades em abril, dando férias coletivas aos funcionários, e retornaram com capacidade produtiva reduzida.

Por outro lado, empresas inseridas em segmentos com demanda aquecida registraram avanço no faturamento. É o caso da Taurus, que estreou nova operação nos EUA e segue registrando aumento nas vendas de armas no mercado norte-americano, faturando R\$ 423,8 milhões, alta de 81,9%. Já a SLC Agrícola se beneficiou do incremento das negociações de soja e outras commodities e apurou receita de R\$ 562,6 milhões, expansão de 36,2%.

Estreante na B3, a Quero-Quero também encontrou espaço para crescer 20,7% no trimestre passado, alcançando receita de R\$ 349,1 milhões. Pesou no resultado a comercialização de materiais de construção, que foi mantida por ser considerada atividade essencial.

Ganhos

Mesmo com a queda generalizada na receita, a maior parte das gaúchas na B3 encerrou o segundo trimestre no azul. Das 15 companhias, 13 obtiveram lucro.

Somados, os ganhos alcançaram R\$ 1,22 bilhão, queda de 4,6% frente a 2019. Não fosse a decisão judicial favorável à Renner, o recuo seria maior, na faixa de 85%.

Analista de investimentos da Warren, Igor Cavaca destaca que a valorização do dólar ajudou empresas exportadoras a turbinarem receitas e se manterem lucrativas. Além disso, renegociação de contratos, cortes no quadro de funcionários e medidas de redução da jornada dos trabalhadores auxiliaram a diminuir despesas e manter o saldo positivo.

– Vemos que muitas dessas empresas gaúchas estavam estruturadas e, por isso, conseguiram sobreviver a esse momento mais crítico – pontua.

Para Cavaca, o segundo trimestre pode ser considerado o “fundo do poço” e a tendência é de que os balanços do terceiro trimestre já demonstrem o começo de uma recuperação das companhias mais afetadas no auge da crise.

Os resultados

Desempenho no segundo trimestre de cada ano (em milhões de R\$)

GERDAU



Banrisul



CEEE



RANDON



RENNER



Marcopolo



grupodimed



SLC Agrícola



TAURUS



Josapar



QUERO QUERO



IRANI



PANATLÁNTICA



KEPLERWEBER



Grendene



TOTAL



* Os gráficos não são proporcionais entre si

Expectativa de derrubada de veto sobre desoneração

O líder do governo no Congresso, o senador Eduardo Gomes (MDB-TO), afirmou ontem que a previsão é de derrubada do veto do presidente Jair Bolsonaro à desoneração da folha de pagamento de empresas, em votação do parlamento prevista para o próximo dia 16.

Em entrevista à TV Globo-News, Gomes disse que a iniciativa pode ser feita de forma negociada. Ele propôs que representantes dos 17 setores atingidos pelo projeto sejam recebidos pelo presidente Jair Bolsonaro e apoiem ações econômicas do governo e as reformas tributária e administrativa enviadas ao Legislativo.

A lei atual previa que o benefício fosse concedido até o final de 2020. Mas, a prorrogação por mais um ano foi incluída pelo parlamento em medida provisória que tratava da redução da jornada de trabalho durante a pandemia do coronavírus. Em julho, Bolsonaro vetou o dispositivo que permitia o acréscimo. Segundo equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, a prorrogação fere a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Projeção

A medida permite que empresas optem por contribuir para a Previdência Social com percentual que varia de 1% a 4,5% sobre a receita bruta em vez de recolher 20% sobre a folha de pagamento. A iniciativa abrange 17 setores, cerca de 6 milhões de empregos e tem custo estimado de R\$ 10 bilhões aos cofres públicos.

Entre os segmentos atingidos pelo veto estão alguns dos que mais empregam no país (call center, comunicação, tecnologia da informação, transporte, construção civil e têxtil). Cerca de 30 associações afetadas pela decisão presidencial entregaram documento aos parlamentares estimando em 500 mil a 1 milhão de desempregados caso a desoneração não seja prorrogada.

A análise dos vetos presidenciais é feita em sessão do Congresso. Para se derrubar um veto na Câmara dos Deputados, são necessários 257 votos. No Senado, 41, ou seja, maioria absoluta nas duas Casas.